

Bioeconomia e mudanças climáticas: experiências de cooperativas agroextrativistas na Amazônia brasileira

*Bioeconomy and climate changes: agro-extractivist
cooperatives experiences in the Brazilian Amazon*

Aline Souza Nascimento ¹

Lucas Gabriel da Silva Moraes ²

Éberson da Costa Moreira ³

¹ Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Doutoranda,
Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil
E-mail: snascimentoaline@gmail.com

² Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Doutorando,
Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, Brasil
E-mail: lucasmgeo@gmail.com

³ Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Doutorando,
Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil
E-mail: costaeberton112@gmail.com

doi:10.18472/SustDeb.v15n2.2024.54143

Received: 30/05/2024
Accepted: 22/08/2024

ARTICLE-DOSSIER

RESUMO

No atual contexto em que o debate sobre bioeconomia ganha espaço no cenário nacional, agroextrativistas organizados em cooperativas ganham notoriedade e adentram novos mercados. Diante disso, o presente artigo tem o objetivo de analisar as experiências da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (Coppalj), no Maranhão, da Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (Cooperacre) e da Cooperativa Agroextrativista dos Produtores Rurais do Vale do Rio Iaco (Cooperiaco), no Acre. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas e abertas, somadas à análise documental. Por meio da organização cooperativa e do reconhecimento da importância das práticas tradicionais para a manutenção da floresta, os agroextrativistas conseguiram dinamizar a sua produção e acessar novos mercados, além de gerar ganhos por serviços ambientais. Concluímos que a formulação de políticas públicas e tomadas de decisões acerca da bioeconomia da sociobiodiversidade devem considerar os agroextrativistas e a importância dos seus modos de vida para a conservação da floresta amazônica

Palavras-chave: Sociobiodiversidade. Cooperativismo. Agroextrativistas. Amazônia

ABSTRACT

In the current context, in which the debate of bioeconomy is gaining ground on the national scenario, agro-extractivists organised in cooperatives are gaining notoriety and entering new markets. In view of this, in the article, we analyse the experiences of Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (Coppalj), in Maranhão; Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (Cooperacre) and Cooperativa Agroextrativista dos Produtores Rurais do Vale do Rio Iaco (Cooperiaco), in Acre. This is a qualitative study in which semi-structured and open-ended interviews were carried out, together with document analysis. By organising cooperatives and recognising the importance of traditional practices for maintaining the forest, agro-extractivists have managed to boost their production, access new markets, and generate profits from environmental services. We conclude that the formulation of public policies and decision-making about the socio-biodiversity bioeconomy must consider agro-extractivists and the importance of their livelihoods for the conservation of the Amazon rainforest.

Keywords: Socio-biodiversity. Cooperativism. Agro-extractivists. Amazon.

1 INTRODUÇÃO

A crescente preocupação com o futuro do planeta tem trazido para o centro do debate ambiental agentes com preferências, agenda política e ideologias diversas (Ramcilovic-Suominen *et al.*, 2022) e, portanto, com diferentes entendimentos das alternativas a serem adotadas para resolução das implicações e consequências das mudanças climáticas. Bioeconomia, descarbonização e substituição de combustíveis fósseis por renováveis fazem parte do rol de ações apontadas para alcance de tal fim (Reymão; Koury, 2023). Aliado a isso, há a tentativa de agregar valor aos produtos de comunidades tradicionais (Vecchione-Gonçalves, 2022) para atender a segmentos de mercado interessados no consumo de produtos sustentáveis (Euler; Albertin; Cialdella, 2023).

Em um processo de confluência, diversos países têm buscado incorporar e adaptar suas políticas estatais para inclusão de iniciativas bioeconômicas. No Brasil, vislumbrando as oportunidades que se desenham e colocam o país em uma posição estratégica no cenário atual – afinal, possui 60% do seu território preservado (Pinto *et al.*, 2023), empresas e governos têm se empenhado na busca por ações que combinam crescimento econômico, sustentabilidade e inclusão social (Nascimento, 2021).

Entre as ações governamentais planejadas estão a “valorização da Amazônia” e o “fomento às cadeias de valor que valorizem a floresta em pé e o uso sustentável de florestas nativas” (Brasil, 2024, p. 78). Essas ações incluem o extrativismo vegetal que no contexto amazônico é praticado por diversos grupos agroextrativistas, como quebradeiras de coco-babaçu e seringueiros. O engajamento em torno dessa questão, assim como em outrora, coloca tais agentes mais uma vez no centro da arena de debate ao dar maior visibilidade às suas iniciativas locais de desenvolvimento, como também esbarra nas ameaças aos territórios e à sociobiodiversidade geradas pelo neoliberalismo ambiental (Porto-Gonçalves, 2023).

No período de redemocratização do país, os agroextrativistas ganharam notoriedade por serem “identificados como portadores de práticas e saberes de uso sustentável da floresta” (Michelotti, 2000, p. 17). Os interesses deles em melhorar seus empreendimentos coletivos se encontraram com as ações governamentais e de grupos empresariais que buscavam se distanciar da imagem negativa à qual grandes empresas estavam associadas em virtude da insustentabilidade das suas formas de produção. Entendemos que os agroextrativistas integram o que hoje se entende por povos e comunidades tradicionais¹.

Conforme o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, e que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), trata-se de grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem dessa forma, e, além disso, “possuem formas

próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Brasil, 2007).

Desse modo, por meio da exploração econômica da floresta, os agroextrativistas dinamizaram seus processos produtivos, entraram em novos mercados e demonstraram outras formas de economia mais próximas do ser humano e da natureza (Pereira, 2016). Mas também enfrentaram problemas na comercialização e na geração de ganhos econômicos favoráveis e muitos não conseguiram resolver os problemas a que se propuseram (Michelotti, 2000). Casos emblemáticos de organizações agroextrativistas criadas nesse momento são a Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (Coppalj), no Maranhão, a Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (Cooperacre) e a Cooperativa Agroextrativista dos Produtores Rurais do Vale do Rio Iaco (Cooperiaco), no Acre, que surgiram no contexto de recuperação da posse da terra por comunidades agroextrativistas após a abertura democrática do país e da subsequente politização do debate ambiental com o intuito de possibilitar aos agentes nelas vinculados o controle sobre os recursos naturais, comercialização dos produtos deles derivados e inserção no mercado.

Nosso objetivo, portanto, é analisar as experiências da Coppalj, no Maranhão, e da Cooperacre e Cooperiaco, no Acre. A partir da análise da trajetória dessas cooperativas, buscamos demonstrar a importância de políticas econômicas que fortaleçam iniciativas agroextrativistas e promovam a autonomia dos sujeitos a elas vinculados.

2 POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, BIOECONOMIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Desde o fim do século XX, pesquisadores vêm acompanhando a mudança no olhar sobre os povos e comunidades amazônicas: se antes eram vistos como entraves ao desenvolvimento, logo passaram à “linha de frente da modernidade” devido à associação de seus conhecimentos e modos de vida à conservação ambiental (Calegare; Higuchi; Bruno, 2014; Cunha; Almeida, 2001). Já no início do século corrente, observa-se um esforço de inserção dos produtos associados à biodiversidade e a esses povos e comunidades tradicionais nos mercados através da bioeconomia (Vecchione-Gonçalves, 2022).

Os conhecimentos históricos e arqueológicos atualmente disponíveis demonstram que a biodiversidade amazônica, em especial parte das plantas, como a castanheira, pode ser resultado das ações humanas de domesticação e cultivo (Balée; Schaan, 2021). Muitas dessas áreas, atualmente, são ocupadas por comunidades indígenas e tradicionais, e os estudos recentes indicam a importância do papel dos povos indígenas e outros povos e comunidades tradicionais para a preservação ambiental, redução e contenção do avanço do desmatamento (Almeida, 2021; Doblas; Oviedo, 2021).

Diante das mudanças climáticas e do início das discussões relacionadas ao seu enfrentamento, a Amazônia tornou-se central aos interesses globais, uma vez que se trata da maior e mais conservada área de floresta tropical do mundo (Reymão; Koury, 2023). No contexto que começa a se forjar com os esforços da Organização das Nações Unidas nos anos 1990, iniciam-se os debates acerca da proteção da biodiversidade e combate às mudanças do clima. Um conjunto de políticas públicas foi elaborado e financiado por meio de acordos de cooperação internacional, contribuindo para a estruturação “de uma economia de base comunitária florestal” em contraposição à economia de escala global (Vecchione-Gonçalves, 2022). Nesses moldes, houve a “migração da proteção da (socio)biodiversidade para a promoção da bioeconomia” (Vecchione-Gonçalves, 2022, p. 94).

Mas o conceito de bioeconomia ainda é difuso e abrange muitas atividades que, na Amazônia, vão contra o protagonismo da região nos esforços para a redução das mudanças climáticas. O modelo econômico hegemônico da região é pautado por megaempreendimentos agrícolas e agropecuários, de exploração

mineral e de infraestrutura que levam a mudanças no uso do solo e ao aumento do desmatamento (Reymão; Koury, 2023).

A ideia de desenvolvimento na Amazônia sempre esteve em disputa e se, por um lado, havia a implantação de grandes projetos de desenvolvimento, por outro, houve a valorização do trabalho das comunidades tradicionais e de seus serviços ambientais, bem como, a partir de tal reconhecimento, existe a possibilidade de incentivar os processos produtivos locais e integrá-los à cadeia de valor (Vecchione-Gonçalves, 2022). O problema, ressalta a autora, é garantir a participação, o controle e a titularidade dos povos e comunidades tradicionais sobre o valor por eles produzidos.

Ante as controvérsias, adotamos a noção de bioeconomia da sociobiodiversidade (Costa *et al.*, 2021). Em estudo recente, os autores indicam que o conceito de bioeconomia possui três vertentes. A primeira possui orientação biotecnológica, que diz respeito ao uso da pesquisa de base biológica apropriável em diversos setores da economia, como a produção de biocombustíveis. Por sua vez, a segunda, chamada de bioeconomia de biorrecursos, refere-se à apropriação de matérias-primas biológicas e, por fim, a bioecológica, que “valoriza processos ecológicos inerentes à conservação florestal, que otimizam o uso de energias e nutrientes da biodiversidade, em contraponto ao paradigma tecnológico mecânico-químico que pode gerar degradação do solo e de cursos de água” (Costa *et al.*, 2021, p. 5).

Considerando a abordagem da bioeconomia bioecológica, os autores defendem o conceito de bioeconomia da sociobiodiversidade. Isso porque essa vertente carrega consigo as características dos produtos oriundos da sociobiodiversidade, pois “têm origem no conhecimento e nas práticas culturais tradicionais de coleta e extração de produtos da floresta em ecossistemas naturais de elevada diversidade biológica e sociocultural, com valorização dos processos ecológicos” (Costa *et al.*, 2021, p. 6). Em vista dessas características, olharemos para as experiências de comunidades tradicionais agroextrativistas do Maranhão e do Acre.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, na qual os dados foram coletados a partir da interação entre o pesquisador, seus interlocutores e outras fontes (Appolinário, 2012). O caráter descritivo reside nas escolhas das técnicas de coleta de dados e no objetivo do estudo (GIL, 2008), uma vez que descrevemos a experiência das cooperativas, buscando maior esclarecimento sobre sua atuação.

Foram realizadas entrevistas abertas e semiestruturadas com lideranças e cooperados das três cooperativas, somadas a dados obtidos por meio de pesquisa documental. A pesquisa de campo foi realizada de forma descontínua entre fevereiro de 2020 e março de 2024. A escolha das cooperativas e dos estados se deu em decorrência de experiências prévias de pesquisas dos autores.

Foram realizadas 22 entrevistas com homens e mulheres (jovens e adultos), das quais, duas por telefone e as demais presencialmente. As entrevistas versaram sobre: o histórico de criação das cooperativas, a importância delas e as oportunidades por elas geradas para os agroextrativistas, informações gerais sobre cooperados, as transformações e seus desafios atuais, projetos (importância e funcionamento) e como as cooperativas atuam diante das mudanças climáticas. Em relação aos aspectos éticos, as entrevistas foram gravadas mediante autorização dos interlocutores e da cessão dos direitos de uso das informações mediante o prévio e livre esclarecimento dos objetivos da pesquisa. Além disso, todos os interlocutores têm suas identidades mantidas em anonimato no decorrer do texto.

As entrevistas abertas permitem maior flexibilidade, de modo que o pesquisador adequa as perguntas a depender do curso da entrevista. Por outro lado, nas entrevistas semiestruturadas, foi usado um roteiro com perguntas, havendo também a possibilidade de adequação no decorrer da pesquisa. A escuta sistemática das memórias dos entrevistados possibilitou o resgate de informações e, assim,

trazer à tona dados relevantes para a compreensão das distintas formas de organização das cooperativas analisadas. Tais informações somaram-se a dados oriundos de pesquisa documental, realizada na sede das cooperativas, onde foram consultados arquivos e documentos que nos permitiram relatar os processos com mais. No caso da Coppalj, foram consultados os relatórios de atividades de 1991 a 2019, que nos permitiram reconstituir o histórico apresentado nos resultados.

O conjunto dos dados oriundos das entrevistas transcritas foi analisado através de leituras verticais e horizontais, isto é, separadamente, e depois em conjunto (Michelat, 1987). Com os documentos, as entrevistas formaram um *corpus* que compõe os resultados. Portanto, os dados apresentados na descrição das experiências da Coppalj, da Cooperacre e da Cooperiaco advêm da junção das informações oriundas da pesquisa documental, das entrevistas e em diálogo com a bibliografia pertinente.

4 A EXPERIÊNCIA DA COPPALJ

A Coppalj é formada por homens e mulheres agroextrativistas que vivem dos ganhos econômicos obtidos a partir da extração e beneficiamento da amêndoa de babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng).

Embora o início das operações comerciais da cooperativa date de 1991, antes mesmo da sua organização inúmeras famílias já exploravam o potencial econômico desse vegetal que, “além de fornecer múltiplos produtos importantes para a subsistência local, é fonte de renda monetária desde as primeiras décadas do século passado” (Amaral Filho, 1989 *apud* Porro, 2019, p.171). Em virtude disso, durante muitos anos, foi uma das principais fontes de renda regional (MAY, 1990).

Na década de 1980, a queda na exportação do óleo de babaçu e o interesse do mercado pelo óleo de palma fez com que empresários e comerciantes perdessem interesse na oleaginosa (Porro, 2019). A produção continuou sendo desenvolvida pelas famílias extrativistas que dependiam fortemente da sua exploração, mas comercializada por atravessadores para a indústria regional de sabões e saneantes.

Desse modo, o babaçu permaneceu inserido no mercado local por meio da venda direta a comerciantes e da mobilização de pequenas transações intergrupais. Seu aproveitamento ocorria de forma tradicional mediante a extração artesanal de azeite para consumo alimentar, embora a produção fosse restrita devido à renda das famílias ser proveniente da comercialização *in natura*.

Todavia, como verificado por May (1990, p. 20), “em certas áreas as palmeiras do babaçu tornaram-se um recurso problemático e foram sendo rapidamente erradicadas, e o acesso e a produção das famílias foram limitados”. Isso se deve precisamente às ações orquestradas pelo Estado que, por meio da privatização das terras públicas e do investimento na agropecuária empresarial, modificaram não apenas o cenário sociocultural, como também a paisagem da região na qual passaram a predominar fazendas de gado bovino.

Os incentivos estatais destinados à pecuária atraíram profissionais de diversas áreas que descobriram a vocação de criadores e passaram a recorrer aos empréstimos para aplicar nesse novo ramo de negócio (Löher, 2009). Esses novos proprietários não somente passaram a controlar o usufruto das palmeiras, como também a derrubá-las para implantação de capim. Desse modo, com o domínio sobre os babaçuais inseridos nas terras por eles apropriadas, era aceito o aproveitamento do fruto somente aos agroextrativistas que tivessem o acesso permitido.

Embora as interdições impostas aos agroextrativistas não tenham impedido a realização da prática extrativa, mesmo que escondida ou sob ameaças, esse período representou um hiato na extração em virtude da disputa travada em meio à luta pela sobrevivência (Nascimento, 2021). Desse modo, a necessidade de ter que manter a família ocasionou a mobilização dos agroextrativistas em defesa dos babaçuais e, posteriormente, trouxe novas demandas, como a de melhores preços e novos mercados para as amêndoas.

Após a década de 1990, com o “redirecionamento do processo organizativo de trabalhadores em busca de instrumentos de política agrícola que apoiassem a produção familiar”, a criação de “organizações de base fundadas nas tradicionais instituições [...] desempenharam importante papel na definição das estratégias econômicas a serem adotadas” (Porro; Porro, 2015, p. 4). É nesse contexto que a Coppalj é criada em 1991 (Nascimento, 2021). Suas atividades iniciais consistiam na compra de amêndoas de babaçu e na venda de mercadorias, combinadas ao processamento de óleo, cujas experiências foram iniciadas pelo Grupo de Mulheres Quebradeiras de Coco, em 1990. O objetivo era facilitar a moagem tradicional das amêndoas torradas pelas quebradeiras de coco para obtenção de azeite.

Contudo, no período inicial, grande parte da produção de amêndoas da Coppalj era comercializada sem processamento. Mesmo quando a comercialização de óleo de babaçu era voltada para as indústrias nacionais, os preços pagos por estas não eram satisfatórios. Por essa razão, era determinante acessar o mercado internacional de óleo extraído das amêndoas para que a cooperativa conseguisse agregar valor à produção.

Assim, em 1994, a partir da mediação da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema), apoiada financeiramente por organizações filantrópicas internacionais, a Coppalj passou a comercializar óleo de babaçu com a empresa norte-americana Cultural Survival, que o revendia a empresas da Europa e Estados Unidos que utilizavam a matéria-prima para produtos alimentícios e, principalmente, cosméticos. Entre os clientes da Cultural Survival, a The Body Shop buscou conhecer os fornecedores de produtos extrativos, interessada em estabelecer compra direta.

Em 1995, representante dessa empresa realizou sua primeira visita à sede da cooperativa, iniciando contrato que viabilizou vendas trimestrais durante um ano e que abriram novas oportunidades, devido tal empresa ter pagado antecipadamente metade da produção como forma de apoiar o grupo (Sousa *et al.*, 1998). Assim, no final daquele ano, foi realizada a primeira exportação para a The Body Shop. Desde então, a Coppalj passou a negociar com outras empresas de cosméticos com alegadas responsabilidades sociais e ambientais que valorizam a origem e características desse produto extrativo (Porro *et al.*, 2010).

Em 1998, a Coppalj obteve o selo de qualidade orgânica do Instituto Biodinâmico (IBD) em decorrência da sua responsabilidade ambiental, que lhe possibilita comercializar o óleo de babaçu por um preço melhor. A manutenção do selo é fundamental para que consiga remunerar de forma justa as famílias cooperadas pela atividade de extração das amêndoas de babaçu.

A política ambiental da Coppalj a tem permitido trabalhar seriamente essa questão. As políticas instituídas no seu interior se referem ao controle do uso de agrotóxicos e de preservação das palmeiras que mobilizam sócios e não sócios para assumirem a responsabilidade coletiva. Uma das exigências impostas aos sócios e a quem deseja se associar é o não uso de agrotóxicos, em virtude de a cooperativa ser pioneira na comercialização e produção orgânica, o que a conferiu o selo de qualidade orgânica.

As extrativistas, que até pouco tempo conheciam uma quantidade limitada de produtos industriais derivados de babaçu, passaram a ter conhecimento de uma multiplicidade de aplicações feitas a partir do óleo desse vegetal. Mas tais produtos ainda são inacessíveis a muitos em razão do preço, do desinteresse ou mesmo do desconhecimento da existência de algumas marcas.

Em 2018, a Coppalj foi contemplada pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do estado do Maranhão com um sistema de refino do óleo, que lhe possibilitou ampliar e melhorar sua unidade de processamento. Após as instalações e ajustes em equipamentos, em 2020 a cooperativa iniciou sua primeira experiência com refino de óleo, especificamente para fins de alimentação. Ao longo dos anos, as quantidades comercializadas nos mercados nacional e internacional variaram, havendo momentos em que os volumes destinados a empresas nacionais superaram as exportações (Nascimento, 2021).

5 AS EXPERIÊNCIAS DA COOPERACRE E DA COOPERIACO

No Acre, o processo de organização coletiva dos agroextrativistas aconteceu em meio a um cenário político marcado por lutas socioterritoriais dos seringueiros que visavam à preservação dos seus meios de vida. Além da emergência de sindicatos e associações, posteriormente, as cooperativas se tornaram uma ferramenta estratégica para viabilizar a sobrevivência desses sujeitos no mercado (Ponte, 2020).

Para compreender o surgimento das organizações coletivas dos agroextrativistas acrianos, temos que adentrar no contexto da economia da borracha no estado, que corresponde a dois ciclos distintos: o primeiro vai de meados de 1879 até 1910, período da Revolução Industrial em que a borracha fabricada a partir do látex da seringueira (*Hevea brasiliensis*) foi uma importante matéria-prima para os ingleses; e o segundo, de 1941 a 1945, período após a primeira crise em que a borracha retornou ao mercado em decorrência da Segunda Guerra Mundial. Durante esses ciclos, os seringueiros foram expropriados de sua relação com a floresta para se tornarem o “motor” da indústria por meio do sistema escravista do aviamento (Porto-Gonçalves, 2001; Ranzi, 2008).

Com a derrocada da borracha, o avanço da frente agropecuária passou a ser o maior desafio para a (re)existência dos seringueiros e sua manutenção na floresta. Na década de 1960, com a política de desenvolvimento da Amazônia implementada pelo governo brasileiro via concessão de incentivos fiscais a grupos econômicos originários do centro-sul do país, desencadeou-se um processo de ocupação e reestruturação econômica da região. Notadamente marcado pela introdução da pecuária extensiva e adoção de monocultivos em larga escala, processo que ficou conhecido como “frente agropecuária” (Ponte, 2014; Silva, 2005).

Nesse período, fazendeiros paulistas invadiram grandes áreas de seringais e florestas, expulsando e matando seringueiros e povos indígenas (Paula, 2004). Consequentemente, houve uma série de impactos que persistem até os dias atuais, como a expulsão das comunidades tradicionais dos seus territórios e o aumento vertiginoso do desmatamento, resultando na perda irreversível de parte significativa da sociobiodiversidade amazônica (Ponte, 2014; Porto-Gonçalves, 2001).

Diante da necessidade de resistir à expulsão da floresta e à destruição causada pelo avanço dos latifúndios sobre seus territórios, os seringueiros desenvolveram formas de ação coletiva e alternativas de reforma agrária que visavam atender às suas necessidades. Guiados por seu principal líder, Chico Mendes, fizeram dos empates a sua principal ação de resistência à expulsão da floresta, à destruição causada pelo avanço da frente agropecuária e pela manutenção do seu modo de viver e trabalhar (Paula, 2004; Ponte, 2014; Porto-Gonçalves, 2001).

Os seringueiros foram os principais responsáveis pela institucionalização da luta pela terra no Acre, via Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), que teve início em 1975 (Paula, 2016). Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) de Brasileia e Xapuri tinham à sua frente, respectivamente, os líderes Wilson Pinheiro e Chico Mendes, os principais atores desse movimento no estado.

Em 1982, quando Chico Mendes assumiu a presidência do STR de Xapuri, os seringueiros buscavam uma alternativa de reforma agrária que atendesse às suas necessidades enquanto sujeitos que praticavam o extrativismo, a pesca, a caça e a agricultura (Paula, 2016). Uma vez que, em razão da relação que possuíam com a floresta, o campo e o rio, não se adaptaram facilmente ao modelo de reforma agrária que tem a terra propriamente dita como objeto principal de luta. Desde a crise que atingiu os seringais a partir de 1912, os seringueiros só sobreviveram na floresta porque deixaram de ser exclusivamente extratores e passaram a praticar a agricultura por meio dos roçados, transformando-se em um produtor agroextrativista (Porto-Gonçalves, 2001). Conduzidos pela necessidade de manter seu modo de vida e trabalho, eles encontraram nas cooperativas e no modelo de Reserva Extrativista (Resex) alternativas que poderiam coroar a sua identidade seringueira (Porto-Gonçalves, 2001).

Assim, ao longo das décadas de 1980 e 1990, criaram a Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (Caex), em 1988, e a Resex Chico Mendes, em 1990, como parte do processo de resistência e permanência na floresta, bem como de manutenção do seu modo de vida enquanto agroextrativistas (Ponte, 2014).

Apesar do avanço na conquista do território, ao longo dos anos o projeto da Resex deu provas de sua incapacidade de atender às necessidades dos seringueiros, principalmente devido ao “deslocamento progressivo das estratégias de desenvolvimento adotadas pelos diferentes atores sociais para a esfera do mercado” (Paula, 2004, p. 93) e a consequente perda de autonomia dos seringueiros. Já as cooperativas se tornaram importantes instrumentos de resistência e autonomia, “estratégias de sobrevivência na sociedade e no mercado, com produtos regionais” (Silva, 2005, p. 274). Conforme Ponte (2014, p. 150), “elas aparecem como um dos focos fundamentais na comercialização, como forma de ter acesso ao mercado consumidor de seus produtos, sem que os extrativistas ficassem subjugados aos atravessadores”.

Nunes (2008) contextualiza o cooperativismo agroextrativista no Acre em dois momentos: o primeiro corresponde ao período de 1970 a 1999, caracterizado pela criação da Caex e da Cooperativa Mista de Produção Agropecuária e Extrativista dos Municípios de Epiaciolândia e Brasileia (Capeb/Compaeb); e o segundo de 1999 a 2006, marcado pela criação da Cooperacre.

A criação da Caex, em 1988, foi o resultado da luta dos seringueiros para escapar dos atravessadores e se manterem na terra. Sua emergência “representou o marco efetivo da formação das organizações cooperativistas de agroextrativismo no estado do Acre” (Nunes, 2007, p. 48). Apesar de ter sido uma organização sólida, a Caex enfrentou muitos problemas de administração que a levaram à falência.

Na década seguinte, outras cooperativas foram criadas, mas tiveram inúmeras dificuldades, principalmente no escoamento da produção para os mercados que ficavam na capital, Rio Branco. Elas tinham que transportar os produtos de seus municípios de origem para vendê-los nas indústrias da capital, por vezes ficando reféns de atravessadores e/ou perdendo parte significativa da produção. Diante disso, a Cooperacre surgiu para suprir essa demanda da comercialização dos produtos agroextrativistas.

Criada em 2001, a partir de um projeto do governo da Frente Popular, que pregava a valorização dos povos e comunidades tradicionais e da economia da floresta (Nunes, 2008; Ponte, 2014), a Cooperacre é uma cooperativa central que tem o objetivo de facilitar o processo de comercialização das famílias agroextrativistas, possibilitando a sua inserção no mercado. Antes de sua criação, grande parte das cooperativas individuais estava em situação de endividamento com bancos, e os extrativistas não conseguiam acessar mercados. No momento da realização da pesquisa, a cooperativa era fundamental para a comercialização dos produtos agroextrativistas de um total de 36 cooperativas individuais, distribuídas por 18 municípios acrianos, sendo o principal mercado de venda para aproximadamente 2.500 famílias cooperadas.

A Cooperacre está envolvida no processo de beneficiamento de diversos produtos, incluindo a castanha-da-Amazônia (*Bertholletia excelsa*), borracha, polpas de frutas variadas e palmito de pupunha (*Bactris gasipaes*), e planeja integrar o café à sua produção. Essa iniciativa visa promover o desenvolvimento sustentável em harmonia com a preservação da rica diversidade natural e cultural da região amazônica.

Quanto à sua infraestrutura, a Cooperacre é composta por cinco unidades de beneficiamento, sendo três de castanha, localizadas nos municípios de Rio Branco, Brasileia e Xapuri; uma de borracha, no município de Sena Madureira; e uma de polpa de fruta na capital, Rio Branco. Além disso, foram criados 40 galpões de armazenamento com capacidade total de 200 toneladas cada, distribuídos nas sedes das cooperativas individuais. A cooperativa também adquiriu alguns bens, como caminhonetes, animais de carga e quadriciclos, construindo uma boa estrutura de transporte da produção que a permite um melhor escoamento.

Além dos investimentos em infraestrutura, é realizada a capacitação dos trabalhadores das unidades de beneficiamento e dos próprios extrativistas para que a Cooperacre possa buscar melhores preços e acessar mercados mais promissores, que têm se expandido cada vez mais. Hoje, a maior parte da sua produção é vendida nos mercados nacional e internacional, com exceção da polpa de fruta que é comercializada no mercado local. A cooperativa está construindo uma indústria mais moderna e tecnológica com o intuito de expandir a produção de polpas para o mercado externo, nacional e internacional.

A entrada da Cooperacre no mercado nacional se deu entre 2009 e 2010, quando as empresas que o dominavam passaram a dar prioridade às exportações (principalmente da castanha), abrindo um espaço para organizações menores e que estavam iniciando a comercialização de seus produtos. Atualmente, a Cooperacre tem contratos com empresas de grande porte para o fornecimento de castanha, como a Nutrimental e a Nestlé. A cooperativa exporta esse produto para 11 países, entre eles os Estados Unidos, Rússia, Kuwait, Espanha, Holanda e Reino Unido.

Em colaboração com a empresa *Veja Fair Trade* Comércio e Exportação de Calçados e Acessórios (*Veja*), a Cooperacre também está engajada no aprimoramento da cadeia de produção da borracha sustentável, obtida de seringais nativos da Amazônia. Os seringueiros desempenham o papel crucial de extração do látex, uma atividade vital para sua subsistência e que é realizada a partir de técnicas tradicionais.

O movimento do *Fair Trade* (comércio justo) surgiu na Europa durante o pós-guerra, por meio da iniciativa de comércio alternativo de associações de consumidores do Hemisfério Norte preocupados com a melhoria das condições de vida de pequenos agricultores desfavorecidos nos países do Hemisfério Sul, através de abordagens não caritativas (Maréchal, 2016). Os princípios do Comércio Justo são fundamentados em valores morais que orientam suas transações econômicas. Dessa forma, o consumidor desempenha um papel crucial na melhoria das condições de vida dos produtores, ao contribuir para o aumento dos ganhos financeiros e sociais por meio de sua participação em uma rede internacional de trocas. No âmbito desse comércio, as práticas comerciais são direcionadas por princípios como a não exploração do trabalhador, o conhecimento da origem do produto e de seu produtor, bem como a sua sustentabilidade ambiental e econômica (Lima; Carvalho, 2020). Alguns desses valores podem ser observados nas práticas da *Veja* na compra de borracha no Acre.

Dentro da cadeia produtiva coordenada pela Cooperacre, o látex é transportado para as cooperativas filiadas, onde passa por processos de transformação, resultando no Cernambi Virgem Prensado (CVP), que é uma borracha semiprocessada. Esse produto é posteriormente encaminhado para a indústria de processamento no município de Sena Madureira, onde é refinado para se tornar o Granulado Escuro Brasileiro (GEB), utilizado na fabricação das solas dos calçados da *Veja*.

Por meio dessa colaboração, a *Veja* assegura o pagamento de um preço considerado acima da média de mercado pela borracha nativa, estabelecendo um valor final por quilo da produção cinco vezes superior, o qual é composto por uma combinação de produtos e serviços ambientais. Enquanto a média paga pelo quilo da borracha é de aproximadamente R\$ 3,50 no Brasil, por meio da parceria entre Cooperacre e *Veja*, cada produtor recebe R\$ 14,00 por quilo do produto *in natura*. Além disso, a empresa utiliza um sistema de Bônus de Qualidade e Serviços Socioambientais (PSSA) e oferece uma compensação de R\$ 2,00 adicionais para cada quilo de borracha entregue pelos seringueiros cooperados, desde que estes tenham cumprido os critérios sociais e ambientais preestabelecidos.

Um exemplo das cooperativas que estão inseridas na cadeia produtiva da borracha é a Cooperativa Agroextrativista dos Produtores Rurais do Vale do Rio Iaco (Cooperiaco). Localizada no município de Sena Madureira, região do Baixo Acre, a Cooperiaco é a responsável pela compra de castanha-da-Amazônia, óleo de copaíba e borracha no município. Porém, entre 2018 e 2022, a grande quantidade de queimadas e de desmatamento influenciou a qualidade da castanha, fazendo com que o interesse

comercial diminísse no município. Isso fez com que a cooperativa deixasse de comprar o produto e se concentrasse apenas na borracha.

A relação com a empresa se dá a partir de metas e regras bem estabelecidas, que são pensadas a partir da lógica do *Fair Trade* e do desenvolvimento sustentável. Tem-se, então, uma relação socioeconômica em que o comércio justo está numa ponta e a preservação ambiental em outra. Dentro dessa lógica, a empresa exige a comprovação da origem sustentável da borracha a partir de “quatro zelos” (Quadro 1) que devem ser cumpridos pelos seringueiros.

Quadro 1 – Os “quatro zelos” para a garantia da origem sustentável da borracha

I. Zelo com a floresta	Manter o desmatamento na colocação dentro da legalidade, ou seja, cumprir a legislação ambiental vigente, no que diz respeito ao desmatamento e preservação do meio ambiente, bem como o plano de uso da Unidade de Conservação ou Código Florestal, conforme o caso – de maneira a preservar o modo de vida e a produção extrativista.
II. Zelo com a qualidade da borracha	Produzir a borracha nativa de qualidade: - Placa bruta ou biscoito prensado, limpos, enxutos e identificados conforme a marca; - Armazenar em local fresco e arejado, em bancada de madeira ou de arame suspenso, protegido do sol e da chuva; - Fica estipulado o peso máximo da prancha em 25 kg..
III. Zelo com a seringueira	Realizar o corte conforme regulamento de boas práticas de manejo da seringueira: - Dois dias por semana por estrada; - Bandeira ou painel tipo banda, ou terço; - Corte superficial.
IV. Zelo com a cooperativa/associação	Seguir os acordos de organização da produção quanto a datas e locais de entrega da borracha e pagamento, manter sua documentação em dia, bem como a participação em assembleias e reuniões da cooperativa/associação.

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa (2024).

Além dos quatro zelos, cada seringueiro se compromete em garantir que não exista nenhum tipo de trabalho escravo ou infantil em sua propriedade e que a participação dos jovens nas atividades produtivas não comprometa a sua frequência escolar. As cooperativas fiscalizam o cumprimento dessas regras e conscientizam os seringueiros quanto às práticas adequadas de manejo e de preservação ambiental. As estratégias das cooperativas para o controle e a fiscalização são variadas, utilizando-se de imagens de satélite e até mesmo de fotografias das seringueiras quando não é possível fazer visitas às propriedades.

Por sua vez, a conscientização quanto à preservação ambiental é um trabalho de longo prazo, que desafia os gestores das cooperativas e os próprios agroextrativistas. Apesar de sua diversidade, eles

são os atores principais de sua (re)existência e os mais capacitados a modificar as formas de lidar com a floresta visando a sua preservação. É importante ressaltar que os seringueiros não têm uma relação única com a floresta. Além do extrativismo, desenvolvem a agricultura, a pesca e a pecuária como atividades igualmente relevantes para a sua sobrevivência.

Em muitos casos a pecuária tem se tornado a principal atividade para os agroextrativistas da Resex Chico Mendes e de outras Unidades de Conservação, em virtude da deficiência das políticas públicas de apoio à diversificação e fortalecimento do setor extrativista, bem como pela liquidez proporcionada pelo gado, seja pela compra e venda de rebanho ou pelo arrendamento das pastagens (Fittipaldu, Castelo, 2023; Pilnik *et al.*, 2022). Os seringueiros estariam, portanto, “se reinserindo na lógica do capital, tornando-se produtores para o mercado em setores produtivos diferentes do extrativismo tradicional” (Fittipaldu; Castelo, 2023, p. 65).

Dentro do contexto da luta dos seringueiros pela preservação de seus modos de vida, o engajamento coletivo em cooperativas confere um considerável respaldo institucional à afirmação de que esses povos são os legítimos gestores e protetores dos territórios que ocupam e têm capacidade de contribuir significativamente para os debates ambientais. A atual situação demonstra que outros modelos para além do neoliberalismo ambiental (Porto-Gonçalves, 2023) devem ser pensados, modelos estes que fujam da lógica destrutiva do capital.

Não se trata, portanto, da mera preservação ambiental, de manter a floresta de pé, mas, sim, da efetiva integração de populações capazes de administrar ecossistemas através do agroextrativismo, em mercados modernos, com retribuição justa por seus serviços e com melhoria de padrão de vida (Almeida, 2021). A experiência da Cooperacre e das demais cooperativas associadas ao *Fair Trade* no Acre comprova que atribuir o protagonismo aos seringueiros, no que diz respeito à conservação ambiental e à valorização do seu trabalho, pode ser um dos caminhos para pensar o futuro.

6 ENGAJAMENTO NAS CAUSAS AMBIENTAIS E GANHOS ECONÔMICOS

A experiência da Coppalj, da Cooperacre e da Cooperiaco são ilustrativas de como o engajamento em torno das causas ambientais gerou ganhos econômicos e deu visibilidade aos agroextrativistas, ao possibilitá-los ampliar sua produção e entrar em novos mercados. Esse sucesso pode estar associado à origem sociocultural dos seus produtos, sobretudo em contextos nos quais há uma valorização acentuada das identidades culturais, da alimentação saudável e de cosméticos à base de óleos vegetais (Nascimento, 2021).

O fato de serem produtos advindos da Amazônia e com forte inclusão social eleva sua importância, em virtude de carregarem consigo relação com as redes nas quais são forjados. Além disso, a exploração desses marcadores tem se tornado algo rentável e uma forma de gerar riqueza por conferir autenticidade aos produtos. É o que Boltanski e Esquerre (2016, p. 15) denominam de “processo de enriquecimento das coisas”, que consiste em selecionar, da multiplicidade de características que uma determinada coisa apresenta, aquela considerada relevante que deve ser privilegiada e trazida à tona nos discursos que acompanham a sua circulação.

A exploração de “qualidades especiais” demonstra como os processos contemporâneos de globalização econômica estão relacionados com as localidades e as formas culturais (Harvey, 2005), como também à criação de identidades e formação de diferenças (Boltanski; Esquerre, 2016). Isso pode ser decorrente do fato de o mercado globalizado gerar discursos, mudanças de hábitos e outras alterações que se tornam um distintivo de bom gosto (Barbosa *et al.*, 2011; Monteiro *et al.*, 2004).

Ainda que muitos consumidores desconheçam o percurso dos produtos agroextrativistas, são impulsionados pela necessidade de também fazer parte dessa onda em virtude do processo de criação

de valor acerca deles. Mas também podem ser incentivados por políticas governamentais que buscam estimular a produção e o consumo sustentáveis, articulando diferentes setores da sociedade.

A nova política industrial brasileira desempenha um papel importante nesse sentido ao articular a oferta desses produtos com a sua procura. O país possui um dos maiores estoques de recursos naturais preservados e capacidade técnica de produção sustentável (Pinto *et al.*, 2023), o que promove oportunidades comerciais e desperta o interesse empresarial. O governo tem apostado, principalmente, no aproveitamento dessas potencialidades naturais para alcançar desenvolvimento econômico e atrair investidores que têm preferência por produtos com essas características. Também tem buscado envolver proprietários de terras na conservação e desenvolvimento sustentável por meio da remuneração por serviços ambientais. Com essa estratégia ele busca conciliar recuperação de áreas degradadas, redução da degradação florestal e das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), que podem ser traduzidas em créditos de conservação.

A compensação por serviços ambientais é capaz de auxiliar o país no cumprimento de metas governamentais e acordos internacionais, podendo ser estratégica para impulsionar o desenvolvimento sustentável e enfrentar os desafios das mudanças climáticas e do desmatamento, além de uma forma de valorizar os agroextrativistas que através de seus modos de vida desenvolvem práticas tradicionais de conservação (Embrapa, 2023). No entanto, é preciso criar mecanismos para que os povos e comunidades tradicionais participem efetivamente das discussões e decisões acerca desses valores e dos mecanismos de repasse por meio das cadeias de valor (Vecchione-Gonçalves, 2022).

Todavia, é importante estar atento à entrada de agentes antagônicos às comunidades que podem encontrar nessas políticas uma janela de oportunidades, podendo intensificar os conflitos socioterritoriais e as desigualdades no usufruto dos benefícios derivados da utilização da biodiversidade local. Portanto, são válidas as observações feitas pelas organizações e movimentos sociais que reivindicam a participação dos agroextrativistas nas decisões relativas aos seus territórios e em políticas públicas, de modo que sua autonomia seja resguardada. Um exemplo pode ser verificado na Carta da Amazônia, na qual movimentos sociais amazônicos cobraram mais participação dos povos e comunidades tradicionais e criticando a prevalência da lógica de mercado em detrimento dos interesses dos povos da floresta (Carta da Amazônia, 2021).

Como demonstram Euler, Aubertin e Cialdella (2023), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO – sigla em inglês) orienta a inclusão de mecanismos de governança que assegurem processos de consulta e gestão de riscos nas comunidades. Para as autoras, as políticas “de bioeconomia voltadas para a Amazônia precisam responder aos desafios ambientais, reduzir as desigualdades sociais e serem acompanhadas de políticas de desenvolvimento de infraestruturas e empoderamento das organizações locais” (Euler; Albertin; Cialdella, 2023, p. 17). Espera-se ainda que o apoio do Estado e as políticas públicas viabilizem o desenvolvimento endógeno a partir do diálogo entre os diferentes atores da região, destacadamente, os povos e comunidades tradicionais (Reymão; Koury, 2023).

Caso essas questões sejam desconsideradas, o sucesso da implementação esbarra no acesso e uso da terra, uma vez que muitas comunidades agroextrativistas ainda enfrentam insegurança no acesso aos recursos naturais derivada de políticas passadas e recentes. Ainda que as propostas atuais tragam a possibilidade de se pensar em outros projetos que contribuam para a autonomia econômico-produtiva dos agentes sociais locais, existem desastres que se avolumam ao longo do tempo e cuja tendência é serem aprofundados, caso as comunidades não sejam as principais condutoras das ações nos seus territórios. O risco é o avanço de novas frentes associadas ao grande capital comercial sobre as áreas onde é praticado o agroextrativismo por comunidades tradicionais e novas disputas por recursos ainda preservados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O engajamento em torno das causas ambientais levou não apenas à disputa em torno de definições e à entrada de novos sujeitos na arena de debate, como também contribuiu para a valorização de grupos vistos como protetores da floresta. Desse modo, teve papel importante no reconhecimento de agroextrativistas que não somente produzem, mas também vivem de forma sustentável, os permitindo reconstruir processos que possibilitam a diversificação produtiva e tecnológica nos seus territórios, a exemplo das cooperativas aqui analisadas.

A constituição da Coppalj, no Maranhão, da Cooperacre e da Cooperiaco, no Acre, entre outras, ocorreu em um contexto de redemocratização em que políticas importantes direcionadas ao meio rural foram criadas e possibilitaram aos agricultores iniciarem uma nova trajetória. Como analisado por Grisa e Schneider (2014), nesse período foram introduzidas novas ideias e políticas diferenciadas de desenvolvimento rural, pautadas no reconhecimento de que as unidades familiares de produção não são incompatíveis com o desenvolvimento agrícola. Nesse sentido, não podemos ignorar os ganhos socioeconômicos e produtivos que agroextrativistas obtiveram e que representaram um novo patamar para seus empreendimentos.

As experiências analisadas demonstram a importância de políticas econômicas que contribuam para a preservação da floresta, fortaleçam iniciativas agroextrativistas e promovam a autonomia dos sujeitos a ela vinculados. A organização dos agroextrativistas, nos três casos, por meio de cooperativas, foi crucial para a valorização dos produtos relacionados aos modos de vida das famílias cooperadas. Em específico, no caso dos seringueiros do Acre, o acréscimo monetário como compensação pelos serviços ambientais prestados é uma das formas através das quais pode-se incentivar práticas tradicionais que podem vir a ser agregadas às cadeias da bioeconomia da sociobiodiversidade.

Existe uma clara incapacidade do Estado em pensar políticas efetivas para o controle do desmatamento e a proteção da sociobiodiversidade na região amazônica que, somada ao desmonte neoliberalista comandado pelo governo de Jair Bolsonaro, impactou diretamente a floresta e a vida das populações agroextrativistas. Desse modo, a parceria entre capital internacional e as cooperativas, como nos casos da Cooperacre e da Cooperiaco, cria um mercado alternativo para os produtos agroextrativistas fortalecerem a sua cadeia produtiva. Isso significa receber um preço mais justo pelo produto e, além disso, conservar a floresta enquanto território de vida e trabalho de povos e comunidades tradicionais.

É importante que haja parcerias entre o setor público e privado para a conservação da biodiversidade e a manutenção da floresta. Além disso, é necessário que os povos e comunidades tradicionais participem das discussões, formulações de políticas públicas e das tomadas de decisão acerca da bioeconomia da sociobiodiversidade, de forma a valorizar aqueles cujos modos de vida mantêm preservada parte considerável da floresta amazônica. Caso contrário, as ações voltadas à diversificação produtiva das cooperativas agroextrativistas serão em vão, pois os recursos naturais indispensáveis para sua produção correrão o acentuado risco de serem definitivamente eliminados.

Nosso artigo contribui para o debate ao apresentar as experiências dos agroextrativistas como possibilidade de aliar bioeconomia e manutenção da floresta. No entanto, apresenta limitações, como o impacto das iniciativas na qualidade de vida e na economia das famílias. Portanto, é crucial que futuras investigações aprofundem a temática considerando as especificidades regionais. Há uma necessidade premente de estudos multidisciplinares que integrem perspectivas econômicas, ambientais e sociais para desenvolver estratégias mais eficazes e sustentáveis na mitigação das mudanças climáticas e na promoção da bioeconomia do saber das populações amazônicas.

NOTAS

1 | Para acompanhar a formulação do conceito, vide Cunha e Almeida (2001) e Calegare, Higuci e Bruno (2014).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. W. B. de. As reservas extrativistas e a conservação da floresta. *In*: CUNHA, M. C. da; MAGALHÃES, S.; ADAMS, C. (org.). **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil**: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. Seção 5. São Paulo: SBPC, 2021.

APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da ciência**: filosofia e prática da pesquisa. 2nd ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

BALÉE, W.; SCHAAN, D. P. Florestas antropogênicas e biodiversidade. *In*: CUNHA, M. C. da; MAGALHÃES, S.; ADAMS, C. (org.). **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil**: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. Seção 6. São Paulo: SBPC, 2021.

BOLTANSKI, L.; ESQUERRE, A. **L'économie de l'enrichissement et ses effets sociaux**. Teoria política. Nuova serie Annali, v. 6, 2016. Available at: <http://journals.openedition.org/tp/682>. Access at: feb. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **Plano de Ação para a Neointustrialização 2024-2026**. Brasília: CNDI, MDIC, 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Brasília: MMA/Casa Civil, 2007.

CALEGARE, M. G. A.; HIGUCHI, M. I. G.; BRUNO, A. C. dos S. Povos e comunidades tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva¹. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, p. 115-134, 2014.

CARTA DA AMAZÔNIA. Aos participantes da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 26) - Encontro Amazônico da Sociobiodiversidade, out. 2021. Available at: https://s3.amazonaws.com/appforest_uf/f1635878454366x123986991266021200/CARTA%20DA%20AMAZ%20C3%94NIA%202021_COP%2026_PORT.pdf. Access at: 20 jan. 2023.

COSTA, F. de A.; CIASCA, B. S.; CASTRO, E. C. C.; BARREIROS, R. M. M.; FOLHES, R.; BERGAMINI, L. L.; SOLYNO SOBRINHO, A.; CRUZ, A.; COSTA, A.; SIMÕES, J.; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, H. M. **Bioeconomia da sociobiodiversidade no estado do Pará**. Brasília: Sumário Executivo, DF: The Nature Conservancy (TNC Brasil), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Natura, 2021.

CUNHA, M. C. da; ALMEIDA, M. W. B. de. Populações Indígenas, Povos Tradicionais e Preservação da Amazônia. *In*: CAPOBIANCO, J. P. R. *et al.* (Org.). **Biodiversidade na Amazônia Brasileira**. Avaliação e Ações Prioritárias para a conservação, Uso Sustentável e repartição de Benefícios. São Paulo: Instituto Socioambiental e Estação Liberdade, 2001.

DOBLAS, J.; OVIEDO, A. Efetividade dos territórios tradicionalmente ocupados na manutenção da cobertura vegetal natural no Brasil. *In*: CUNHA, M. C. da; MAGALHÃES, S.; ADAMS, C. (org.). **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil**: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. Seção 5. São Paulo: SBPC, 2021.

EMBRAPA. **Pagamento por serviços ambientais impulsiona desenvolvimento sustentável na Amazônia**. 2023. Available at: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/85847387/pagamento-por-servicos-ambientais-impulsiona-desenvolvimento-sustentavel-na-amazonia>. Access at: 23 may 2023.

EULER, A. M. C.; AUBERTIN, C.; CIALDELLA, N. A sociobiodiversidade amazônica em busca de mercados internacionais. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 28, n. esp. 2, e023013, 2023.

FITTIPALDY, M. C. P. de M.; CASTELO, C. E. F. Há boi pastando: um retrato da Resex Chico Mendes no estado do Acre. **UÁQUIRI – Revista do Programa de Pós-graduação em Geografia da Ufac**, v. 5, n. 2, p. 48-68, 2023. Available at: <https://periodicos.ufac.br/index.php/Uaquiri/article/view/6889>. Access at: 20 nov. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2005.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LIMA, J. V. R. B. C.; CARVALHO, A. D. A. A Construção Social do Mercado *Fair Trade* no Brasil e no Mundo. **Latitude**, Maceió, v. 14, n. 1, p.136-161, 2020.

LÖHER, E. **Franciscanos no Maranhão e Piauí (1952-2007)**. Teresina: Halley, 2009.

MAY, P. **Palmeiras em chamas: transformação agrária e justiça social na zona do babaçu**. São Luís: Emapa/Finep/Fundação Ford, 1990.

MICHELAT, G. Sobre a utilização de entrevista não diretiva em sociologia. *In*: THIOLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5th ed. São Paulo: Polis, 1987.

MICHELOTTI, F. Beneficiamento local da produção extrativista e agroflorestal: o caso da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri – Caex. **Novos Cadernos NAEA**, v. 3, n. 2, p. 17-44, 2000.

MONTEIRO, M. N. de C.; SALGUERO, M.; COSTA, R. T. da; GONZALEZ, R. B. Os alimentos orgânicos e a percepção de seus atributos por parte dos consumidores. *In*: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO FEA-USP, 7., 2004, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: USP, 2004. Available at: <http://www.ead.fea.usp.br/Semead/7semead/paginas/artigos%20recebidos/marketing/MKT08>. Access at: 15 sept. 2023.

NASCIMENTO, A. S. **Ação coletiva e meios de vida: análise das transformações operadas pela Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (Coppalj) em comunidades do Médio Mearim, MA**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

NUNES, G. M. **Gestão das cooperativas agroextrativistas na regional do Vale do Acre: bases para planejar o desenvolvimento local**. 175 p. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2008.

PAULA, E. A. de. O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos. **Revista Nera**, v. 7, n. 5, aug.-dec., p. 86-101, 2004.

PAULA, E. A. de. **Seringueiros e sindicatos: um povo de floresta em busca de liberdade**. Rio Branco: Nepan Editora, 2016.

PEREIRA, A. C. F. **Polanyi e a economia social e solidária: contributos para respostas aos problemas sociais atuais**. Dissertação. (Mestrado em Economia Social e Solidária) – Instituto Universitário de Lisboa, 2016.

PILNIK, M. S.; MACHADO, C. C. de; FOWLER, L.; VILLA, B. M.; RIBEIRO, R. G.; MING, L. C. Conservação da sociobiodiversidade na Resex Chico Mendes, Acre: desafios e perspectivas. **Ethnoscintia**, v. 7, n. 1, p. 109-134, 2022. Available at: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ethnoscintia/article/view/11046>. Access at: 20 sept. 2023.

PINTO, T. P. P.; VARGAS, D.; LIMA, C. Z. de; GUERRA, D. Bioeconomia brasileira: a promoção de uma nova vantagem comparativa. **Mercados & Negócios. Agroanalysis**, p. 14-15, sept. 2023.

PONTE, K. F. da. Reserva Extrativista Chico Mendes no Estado do Acre: territorialidade seringueira e conquista da autonomia? In: PONTE, K. F. da.; MORAIS, M. de J. (Org.). **Produção do espaço e ambiente nas fronteiras da Amazônia Sul Ocidental**. Curitiba: CRV, 2020.

PONTE, K. F. da. **O desenvolvimento sustentável e o controle social da natureza e do trabalho**: um estudo a partir da fábrica de preservativos masculinos de Xapuri. 2014. Tese. (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2014.

PORRO, R. **A economia invisível do babaçu e sua importância para meios de vida em comunidades agroextrativistas**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. Belém, v. 14, n. 1, p. 169-188, jan.-abr. 2019.

PORRO, R.; PORRO, N. Sakiara Miyasaka. Identidade social, conhecimento local e manejo adaptativo de comunidades tradicionais em babaçuais no Maranhão. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. 18, n. 1, p. 1-20 n jan.-mar. 2015.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

RAMCILOVIC-SUOMINEN, S.; KRÖGER, M.; DRESSLER, W. From pro-growth and planetary limits to degrowth and decoloniality: an emerging bioeconomy policy and research agenda. **Forest Policy and Economics**, v. 144, 102819, 2022.

RANZI, C. M. D. **Raízes do Acre**. Rio Branco: Adufac, 2008.

REYMÃO, A. E. N.; KOURY, S. E. C. Mudanças climáticas, bioeconomia e trabalho decente na Amazônia. **Jus Scriptum's International Journal of Law**, [s. l.], v. 8, n. 3-4, p. 69-106, 2023.

SILVA, S. S. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia acreana**. 496 p. Tese. (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2005.

SOUSA, I. L. de; VIANA, J. V.; FIGUEIREDO, L. D.; MIRANDA, V. Construindo uma alternativa de cooperativismo nas regiões de babaçuais. In: ALMEIDA, A. W.; SILVA, M. H. P. S. (Org.). **Caderno Tempos Novos**. São Luís: CPT, p. 162-169, 1998.

VECCHIONE-GONÇALVES, M. Financiando a Amazônia: do piloto de proteção nos anos 90 à bioeconomia descarbonizada do terceiro milênio. In: MIOLA, I. Z.; JUNQUEIRA, G. de O.; COUTINHO, D. R.; PROL, F. M.; VECCHIONE-GONÇALVES, M.; FERRANDO, T. **Finanças Verdes no Brasil**: perspectivas multidisciplinares sobre o financiamento da transição verde. Blucher Open Access, 2022. p. 85-110.